

» Entrevista | **MARCELO FREIXO** | PRESIDENTE DA EMBRATUR**"Sustentabilidade gera mais empregos"**

Carlos Vieira/CB

**Qual é o balanço do primeiro carnaval oficial desde o começo da pandemia da covid-19?**

A expectativa era enorme e foi atendida. Rio de Janeiro e Bahia bateram recorde. Nos três primeiros meses do ano, tivemos recorde de turistas estrangeiros no Brasil. Superamos 2019, um período pré-pandemia. Tivemos 2,3 milhões de turistas nesse período e isso gerou uma arrecadação de R\$ 8,6 bilhões, o que mostra que o turismo internacional massivo tem um tíquete médio muito alto. São números muito positivos.

**Como tornar o país mais atraente para o turista estrangeiro?**

Nenhum país tem tantos destinos como o Brasil tem. Você tem Gramado (RS) e o Natal das Luzes; a Floresta Amazônica; o turismo de negócios em São Paulo, mas também tem ecoturismo; tem o Rio de Janeiro que dispensa comentários; tem Pantanal; Tocantins; Bonito (MS); sol e praia no Nordeste; os Lençóis Maranhenses. Segundo o Fórum Econômico Mundial, o Brasil é o terceiro colocado, em potencial, em destinos de natureza. E é o oitavo em cultura. Então, cultura e natureza nos colocam entre os 10 principais destinos no mundo. Há uma diversidade enorme de destinos possíveis no país. Precisamos torná-los produtos.

**O que está sendo feito nesse sentido?**

Montamos gerências técnicas. Temos uma gerência de big data e qualificamos as informações sobre o turismo brasileiro. Até aqui, os dados do turismo eram todos chutes. Estamos qualificando informação. Porque, com a informação, tem política pública.

**Quais são os entraves para potencializar o turismo no Brasil?**

O entrave na Região Amazônica não é o mesmo do Rio de Janeiro. Mas temos desafios nas conexões. É preciso melhorar, aumentar o número de voos. E você tem que garantir investimento em promoção, que é a grande briga que temos hoje.

**Argentina, Peru, Colômbia, México, Portugal... Qual é o salto que eles deram?**

Conectividade. Vou dar o exemplo de Portugal. Luiz Araújo, presidente do Turismo de Portugal, dobrou o número de turistas em cinco anos. Qual é o orçamento para o turismo lá? É 250 milhões de euros, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. É o orçamento para promover um país que tem a população do Rio de Janeiro. Portugal tem 10 milhões de habitantes, recebe 18 milhões de turistas estrangeiros e 27 milhões de turistas ao todo. O turismo é para Portugal 18%, 19% do PIB. No Brasil, com todas as dificuldades que temos, é 7% do PIB.

**O que fez Portugal que foi decisivo?**

Portugal conseguiu se tornar um hub, melhorar a conectividade — todo mundo que entra ou sai da Europa passa por Portugal. Além disso, fez muito investimento na promoção. Participamos de duas feiras nesta gestão: a de Lisboa e a de Berlim. Em Berlim, a maior feira do mundo, ganhamos um prêmio de estande mais criativo. Ganhar um prêmio desse no lugar em que você tem todo o mundo árabe promovendo, a Itália, a Grécia, os pesos pesados, foi bacana. Todo o material do estande era reciclável, tinha comida pantaneira, então, diversificamos. Na próxima feira, em Londres, vamos levar imagens da Amazônia em 3D. Nós temos agora um filme do Estevão Ciavatta em que você coloca o óculos e “entra” na Floresta Amazônica, guiado por uma indígena, que vai falando de acolhimento dentro da floresta. Um negócio extraordinário. Queremos trabalhar o estande brasileiro como sensorial. O cara vê isso e pensa: ‘Eu quero ir para a Floresta Amazônica amanhã’. Temos que ter voo, hospedagem, estrutura, investimento.

**É uma nova maneira de mostrar o Brasil?**

Se eu divulgar um Brasil de mulheres exóticas, como foi tão

**O turismo pode ser decisivo para o mundo que vamos viver no século XXI. Quanto mais os nossos biomas estiverem conservados, mais o turismo vai gerar empregos"**

**Violência não é só a violência em si. É uma sensação. Se você se sente inseguro, aquele lugar é violento pra você. Você não precisa sofrer a violência"**

**Há uma diversidade enorme de destinos possíveis no Brasil. Precisamos torná-los produtos"**

comum em tantos anos, eu estou divulgando para um mundo. Se eu divulgar a culinária, a gastronomia, a cultura, a Floresta Amazônica, eu estou divulgando para um outro mundo. O turismo define não só o lugar que você visita, mas o lugar que você vai viver. O turismo pode ser decisivo para o mundo que vamos viver no século XXI. É uma atividade econômica geradora de empregos. Um a cada 10 trabalhadores de carteira assinada é do turismo no Brasil. Quanto mais os nossos biomas estiverem conservados, mais o turismo vai gerar empregos. Quanto mais responsabilidade climática nós tivermos, mais o Brasil pode receber turistas. E quando eu melhora um lugar, é para quem vive ali, não só para quem visita.

**O turismo é um agente de mudança social?**

Exatamente. O mundo está falando de sustentabilidade, porque é uma exigência. Ou nos tornamos um planeta sustentável, ou ele acaba. Digo que o turismo é a atividade econômica mais sustentável que existe e é, portanto, um dos elementos de desenvolvimento do século XXI mais permanente, porque conserva o meio ambiente. Faz da conservação um ativo econômico, cria profissões.

**A ideia do turismo como agente social está sendo trabalhada com outras frentes do governo?**

Fizemos um Mapa do Turismo Internacional. Temos as cidades que podem ser destinos internacionais; quais países podem se interessar por essas cidades; idiomas fundamentais; o tipo de turismo que tem; sugestões da Embratur; e a parte mais importante: onde podemos gerar empregos por meio do turismo, com capacitação de mão de obra, focados no uso do CadÚnico. Por isso a parceria com Wellington Dias (ministro do Desenvolvimento e Assistência Social). Fizemos o cruzamento do perfil da pessoa e da atividade de cada lugar.

**Vocês conseguiram identificar o perfil dos turistas estrangeiros?**

Sim. Alemães visitam muito natureza; portugueses, sol e praia. Então, tem diferenças que a qualidade de dados nos ajuda a saber onde o investimento vai ser melhor de uma maneira ou de outra. O detalhamento dessas informações antes não existia. Fizemos isso em 100 dias.

**Os esforços serão direcionados com cada região, com os estados? Como vai funcionar?**

Já estamos fazendo. Por exemplo, fomos procurados pelo João Moreira Salles. Ele me apresentou um ex-atleta de triathlon e disse que queria fazer um projeto do esporte em Alter do Chão (PA). Ele sugeriu pegar os 30 maiores triatletas do mundo e organizar uma competição em Alter. Já está tudo preparado. Com isso, você divulga no mundo inteiro uma competição de triathlon, o lugar e cria uma agenda anual. No primeiro ano, só os atletas internacionais de ponta; no segundo, já abre para amador. E assim vai criando uma cultura esportiva compatível com o local, que preserva Alter do Chão. Quanto mais preservada a área, mais é geradora de emprego. Cria-se uma alternativa às madeiras, ao garimpo ilegal. Porque você precisa criar uma economia lícita para substituir a ilícita.

**Um ponto que incomoda o turista estrangeiro é a violência. Como vocês estão tratando isso?**

Violência não é só a violência em si. É uma sensação. Veja: não estou dizendo que violência não existe. Estou dizendo que é uma sensação. Se você se sente inseguro, aquele lugar é violento pra você. Você não precisa sofrer a violência. E quem está falando é alguém que morou a vida inteira no Rio de Janeiro. Para você ter uma ideia: em 2005, nós recebemos 350 mil portugueses no Brasil. No ano passado, foram 175 mil — para vocês verem como pode aumentar. E sabe qual é a taxa de retorno dos portugueses

ao Brasil? É de 93%. Noventa e três por cento dos portugueses voltaram ou querem vir de novo. Então, a violência é uma coisa que a gente tem que enfrentar. Mas, em um país onde 93% das pessoas querem voltar, não há na segurança um impedimento do seu turismo. Porque as pessoas não visitam um país para sofrer. Na Alemanha, a taxa é 95%. Não estou dizendo que a gente não tenha que melhorar na segurança pública. Mas, na verdade, para o cara que visita o Brasil, a violência é uma sensação mais superada do que inibidora. Até porque as áreas turísticas brasileiras são as mais bem policiadas. Onde é que tem mais policial no Rio de Janeiro? Nos pontos turísticos.

**De toda forma, há iniciativas em favor da segurança?**

Há uma crescente tendência, no mundo, de mulheres viajarem sozinhas, e o Brasil é um lugar visto como inseguro para elas. Propus ao Flávio Dino (ministro da Justiça) um projeto para capacitar policiais mulheres em cidades que são destinos turísticos para mulheres que viajam sozinhas. Em breve, a gente estará lançando esse projeto. Isso vai resolver o problema? Não. Mas é uma iniciativa que vai dar resultado.

**E em relação ao turismo sexual?**

Vocês devem ter acompanhado o caso dos coaches americanos que promoviam turismo para americanos ‘ricos e carentes’. Eles vinham aprender a namorar no Brasil. Faziam festas, recebiam dicas de como namorar, e mulheres brasileiras eram convidadas para a festa, sem saber que eram cobaias de um projeto absurdo. A Embratur denunciou à Polícia Federal, que abriu inquérito. E a gente iniciou uma parceria com a Polícia Federal para agir de forma preventiva contra qualquer turismo que gere exploração sexual nas áreas onde isso pode ser mais comum.

**Recentemente o caso Marielle voltou à tona, com um investigado (Ailton Barros, preso na investigação da PF sobre suposta fraude no cartão de vacinação de Bolsonaro) dizendo saber que matou a vereadora. O que acha disso?**

Você diz aquele cara que disse que sabia? Aquilo é um imbecil clássico do Rio de Janeiro. Um fanfarrão. Ele não sabe de nada. Tenho certeza absoluta. Quanto à falsificação de carteira de vacinação do presidente, de criança... é inacreditável. Foi em Caxias, né? Um lugar onde tinha reportagem todos os dias sobre a fila, as péssimas condições para a população. Pense num negócio absurdo. Está tudo ali: um presidente falsificar a carteira, a falsificação ser no município que mais foi assunto de desvios e de problemas na saúde pública. Realmente, os caras escolheram a dedo o que iam fazer ali.

**Brasil S/A**

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

**Diálogos quadrados**

Tudo considerado, a apuração policial dos malfeitos da turba radical do ex-presidente e os tumultos dos arruaceiros de extrema-direita que se elegeram à sua sombra no Congresso têm sido bons para o governo do presidente Lula. Ajudam a distrair a atenção sobre o que é relevante.

Com uma agenda econômica que lhe pôs a reboque da ortodoxia do Banco Central, além de tentar fazer maioria no Congresso apelando ao velho recurso da retenção do pagamento de emendas parlamentares, o governo se embolou no meio do campo da economia e da política, desperdiçando tempo que não dispõe para apresentar resultados e frustrando quem o apoiou não por gosto, mas para tirar o outro e ele provar ser melhor.

Na economia, um governo com DNA socialdemocrata eleito para gerir um Estado obsoleto e institucionalmente desengonçado deveria dedicar-se, diuturnamente, a atualizar as suas entranhas administrativas e atrair o empresário para pensar junto a retomada do crescimento econômico.

Na política, com apenas 68 deputados eleitos pelo PT, muito atrás da bancada de 99 parlamentares do PL de Jair Bolsonaro, manda o centrão dos partidos de centro-direita, detentores da maioria na Câmara e no Senado. Eles topam apoiar o presidente eleito em troca de concessões. Mas o fisiologismo clássico já não é o eixo condutor das negociações.

Assim como na economia a expectativa empresarial converge para ações de facilitação do investimento privado, a maioria parlamentar que põe em evidência o presidente da Câmara, Arthur Lira, seguido do senador Rodrigo Pacheco, do Senado, quer mais que cargos no governo para os correligionários dos partidos e o pagamento de emendas que direcionam verbas do orçamento federal para obras em seus redutos eleitorais.

Todos têm consciência de três realidades: 1ª, o governo é amplamente minoritário no Congresso; 2ª, o voto majoritário nas últimas eleições contemplou partidos de centro direita no Congresso e nos estados; 3ª, só o crescimento econômico com alguma indução estatal satisfará tanto as demandas sociais quanto o sufoco financeiro geral das empresas sem esgarçar ainda mais o puído e remendado orçamento público do país.

**O triângulo do poder**

É este o triângulo em que se inserem as forças políticas, econômicas e sociais com capacidade de influenciar as decisões, se puderem ou se souberem concordar em torno de princípios de governabilidade.

A falta desse entendimento cria confrontos ociosos, como a tentativa de mudar o marco do saneamento e a privatização da Eletrobras, ambos legislados sem contestação a seu tempo, e abala a segurança jurídica, se levados ao Judiciário num momento em que o STF busca sair do palco a que foi levado pela omissão da PGR e a subversão com raiz militar.

Nenhuma lei é perfeita, todas precisam de atualização com o tempo, o caso das redes sociais, nascidas sem regulamentação que conforte seus deveres e direitos em relação seja ao consumidor, seja à liberdade de expressão. Outra coisa é pretender mudar uma lei por meio de decreto, como se tenta com o marco do saneamento. O fórum é o Congresso, como também na lei da Eletrobras. Ela deixou a União com 40% das ações da ex-estatal, mas apenas 10% nas votações enquanto acionista, o que é comum em sociedades abertas para bloquear a captura de seu controle.

Com diálogo sobretudo na Câmara, de onde surgiu boa parte das leis de viés mais liberal na economia, o governo poderia conseguir algo. Na marra ou liberando dinheiro de emendas já empenhadas caso a caso, confronta a liderança forte de Lira, que dias atrás foi enfático ao dizer que presidente da Câmara é parceiro, não líder de base aliada.

Talvez por isso Lula fez um aceno na sexta-feira, dizendo em evento em Fortaleza que “não é o Congresso que precisa do governo, do jeito que está a Constituição, é o governo que precisa do Congresso”.

**O mais bobo é suplente**

No fim e ao cabo, há espaço para acordos que atendam ao interesse do país e não apenas aos de lobbies e ideologias. Mas as partes precisam de um mapa do caminho, que não é uma regra fiscal moldada para travar os projetos de investimento. E não porque isso seja errado, mas pela dúvida do mercado financeiro sobre a capacidade executiva do governo.

O Banco Central e sua teimosia em manter a Selic parada há quase um ano na taxa de 13,75% versus a inflação em 12 meses até abril de 4,18%, cedendo, portanto, e assim elevando a taxa real de juro do overnight para absurdos 9,18%, são partes do desconcerto político.

O lobby dos financistas acha que pilota a diretoria do BC de Roberto Campos Neto, quando as forças majoritárias do Congresso é que dão à autoridade monetária independente o calço para ignorar a cobrança por menos juros do governo - de resto, de todo o empresário que preza mais as atividades operacionais que as receitas financeiras.

O ex-ministro e ex-deputado Antonio Delfim Netto brincava dizendo que em Brasília o mais bobo é suplente. Ingenuidade não faltou aos Lula 1 e 2, exceto alguma soberba que deixou marcas na relação com o Congresso. Hoje, para fluir a relação com Lira & Cia., precisa de um plano que pare de pé e seja considerado ok para todos.

**Propósito e prosperidade**

A química que funciona contra crise política e desobstrua o caminho medíocre da economia nas últimas décadas é complexa, mas possível. É preciso, para começar, propósito, que é o crescimento à larga. Passa pela “prosperidade comum”, espécie de mantra do chinês Xi Jinping, e assemelhada ao “America First” de Trump e ao “Buy America” de Biden.

Outro consenso necessário é o de que o crescimento erguido à custa de incentivos aos consumo não é transformador, além de desfalcar o Tesouro pela receita (com menor base produtiva) e pela despesa (via transferências de renda). Investimento, e entre eles os em indústrias e serviços avançados, é o que falta num mundo cada vez mais submetido a restrições ambientais e em que todo produto se tornou digital, tal como a infraestrutura de energia e logística que lhe serve de apoio.

Tem capital para isso? Tem a rodo, se governo e Congresso aprovarem o que outras nações fizeram há décadas — tipo reforma tributária do consumo e da renda (com incidência digital, o que nem está ainda em questão), desmonte da teia de arcaísmos burocráticos, revisão de programas para verificar se ainda são necessários ou atendem aos seus fins. Sem isso, continuaremos o que somos: sem futuro, que em outras partes do mundo já é o presente. Mas precisa envolver a política.

Como? Reformatando o sentido das emendas de relator, as RP-9 do tal orçamento secreto. Um plano de investimento de longo prazo detalhado por microrregiões, com participação do Congresso, pode ser a trama do bem para enredar os políticos como partes legítimas da reconstrução.

Com algo assim, mais ministros da maioria parlamentar no Palácio do Planalto, vontade do presidente de conversar com os líderes das casas legislativas e técnicos com visão sobre o que fazer, há chances de funcionar. O BC virará nota de rodapé e os consultores de “abismos fiscais” terão de se reciclar. Que nome dar a disso? Simples: governo de coalizão. Ponto!